



MEIO AMBIENTE

Pantanal: incêndios avançam quase 1.000%

Mudanças climáticas antecipam estação seca no bioma e focos disparam entre janeiro e junho, na comparação com mesmo período de 2023. Governo cria sala de situação para acompanhar problema

» INGRID SOARES

Joedson Alves/Agência Brasil



De acordo com o levantamento do Programa Queimadas, do Inpe, desde o começo do ano até junho foram registrados 978 focos de incêndio no Pantanal

O início da estação seca trouxe um cenário preocupante para o Pantanal. De acordo com dados do Programa de Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os focos de incêndio no bioma aumentaram 974%, entre janeiro e junho, em comparação com o mesmo período de 2023. Até o momento, foram registrados 978 focos, enquanto que, no ano passado, foram 91.

Gustavo Figueirôa, biólogo e diretor de Comunicação do SOS Pantanal, lembra está completando quatro anos dos incêndios de 2020 e que, de lá para cá, considera que pouco foi feito. “Apesar de o poder público ter investido mais na prevenção e na estruturação para combates, ainda falta muito. Burocracia e a falta de prioridade na prevenção continuam sendo os gargalos”, ressaltou.

O avanço dos focos de incêndio no Pantanal não passou despercebido à oposição ao governo no Congresso — que usou as redes sociais para fazer críticas. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva bate “recorde atrás de recorde”. Publicou que o Pantanal tem um mês de junho com a maior quantidade de focos de incêndio da história.

O deputado federal Kim Katagiri (União Brasil-SP) preferiu ironizar a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva: “Conquistou os dois maiores recortes de queimadas no Pantanal”, alfinetou.

Para acompanhar o avanço dos focos na temporada mais seca no bioma, foi criada uma sala de situação sob coordenação da Casa Civil — outros 19 ministérios auxiliarão nas ações contra desmatamento, incêndios e seca e enfrentamentos de queimadas. Uma reunião de emergência convocada pelo presidente em exercício Geraldo Alckmin definiu a criação do colegiado.

» Omissão do Congresso

O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que houve omissão do Congresso na regulamentação de um dispositivo constitucional que concilie a preservação e com a exploração de recursos do Pantanal mato-grossense. A decisão foi proferida em 6 de junho e a Corte deve fixar um prazo de 18 meses para a edição de uma norma sobre o tema. Segundo o STF, a falta dessa legislação abre uma lacuna que compromete a proteção de um ambiente ecologicamente equilibrado — daí porque ficou caracterizada a omissão.

A primeira reunião da sala será no dia 17 e tratará de processos de simplificação de contratações de brigadistas e equipamentos. Marina citou os fenômenos El Niño e La Niña, as mudanças climáticas e a situação na bacia do Rio Paraguai como condições ideais para que os focos de incêndio, provocados pela ação humana, avancem no Pantanal. “Geralmente temos a escalada dos incêndios em agosto. Nesse momento, estamos em uma situação de muita preocupação. Desde outubro passado, agimos por entendermos que o custo de prevenir é sempre menor que o de remediar. No Pantanal, uma combinação de incêndios provocados pelo homem e incêndios naturais dificultam a ação, porque temos áreas de difícil acesso”, explicou.

Segundo Marina, há a possibilidade de se alterar a legislação para permitir a operação de aeronaves de países, em caso de necessidade, com vistas a atuar contra os incêndios.

“A gente começa o ano enfrentando as cheias (no Rio Grande do Sul) e a segunda parte do ano é enfrentando as secas e as queimadas. Isso é resultado do grave problema da mudança do clima, que está nos afetando de forma severa e preocupante”, advertiu.

Ineditismo

Já o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, afirmou que a situação no Pantanal é inédita. Segundo ele, os focos

foram registrados mais cedo do que em anos anteriores — normalmente, no primeiro semestre, o Pantanal sofre com chuvas. A instituição contratou mais de dois mil brigadistas para atuarem no bioma e na Amazônia.

“Pela primeira vez, a gente está com o Pantanal seco no primeiro semestre. Estamos com pelo menos 15 focos de incêndios, em épocas em que nunca se teve fogo no Pantanal”, disse.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, reforçou que o governo tem trabalhado para antecipar e prevenir os impactos das mudanças climáticas. “O governo atua com antecedência para diminuir não o evento, o que é impossível, mas o estrago que faz na vida das pessoas”, salientou.

RODOVIA FEDERAL

Com menos acidentes, porém mais insegura

Os acidentes em rodovias federais administradas pela gestão pública reduziram nos últimos seis anos, enquanto houve aumento de casos entre as concedidas à administração privada. O destaque faz parte de estudo, divulgado ontem, pela Fundação Dom Cabral (FDC).

Apesar da redução de ocorrências, a malha gerida pelo governo federal é, segundo o estudo, cerca de 3,2 vezes “mais perigosa” do que as administradas por meio de concessão à iniciativa privada. A conclusão tem como referência as taxas médias de acidentes e de severidade. As ocorrências analisadas pela FDC são do arquivo da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de 2018 a 2023.

No período, foram registrados 377.770 acidentes, sendo 167.633 em rodovias concedidas e 210.137 nas sob gestão pública. Na comparação entre 2018 e 2023, os acidentes entre as vias concedidas aumentaram 5,8%, saindo de 28,8 mil para 30,5 mil. Quando observada a malha sob gestão pública, os acidentes caíram de 36.880 para 34.650, representando uma queda de 6%.

O coordenador do Núcleo de Infraestrutura, Supply Chain e Logística da FDC, Paulo Resende, aponta que os dados englobam a “significativa transferência, nos últimos anos, de rodovias da gestão pública para a iniciativa privada”, o que ajudaria a explicar as curvas em direções opostas. Resende aponta que, no caso das novas concessões, os investimentos projetados nos contratos ainda não surtiram o efeito esperado.

Metodologia

O estudo adota metodologia própria para análises que podem ajudar a identificar fatores em comum, incluindo ponderações sobre a intensidade do tráfego no local do acidente e a severidade da ocorrência. Levando em consideração fatores como perda material, feridos e mortos, os acidentes na malha sob gestão pública seguem sendo os mais perigosos.

Em 2023, dos 34,6 mil acidentes registrados nas rodovias administradas pelo governo federal, a taxa de severidade ficou em 8,57 pontos — entre os 30,5 mil registrados na malha concedida, ficou em 2,82 pontos. Na média de 2018 a 2023, a taxa de severidade foi de 9,66 contra 2,54 (concessões).

“Apesar do aumento de investimentos em manutenção e recuperação de rodovias federais públicas nos últimos anos, ainda é altíssima a diferença em acidentes de alta severidade entre trechos concedidos e os sob gestão pública”, afirma Paulo Resende.

O estudo aponta que as rodovias federais em 12 estados (cerca de 46% do total de 27) responderam por 82% das ocorrências. No Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, as estradas federais sob gestão pública são as que mais contribuem na formação da taxa de severidade dos acidentes. O contrário se verificou em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Espírito Santo.

O estudo destaca que as rodovias BR-101 e a BR-116, ambas de grande extensão, permanecem nas duas primeiras posições quanto à taxa de severidade dos acidentes e também em número absoluto, repetindo o comportamento verificado entre 2018 e 2021, que já haviam sido analisados e divulgados pela FDC.

TRAGÉDIA NO SUL

Fiocruz alerta para o avanço de doenças

Pesquisadores do Observatório de Clima e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação em Saúde da Fiocruz (ICICT/Fiocruz) advertem que, após as enchentes no Rio Grande do Sul, a expectativa é de que o estado enfrente um aumento nos casos de diversas doenças. Entre as principais preocupações estão os problemas respiratórios e gastrointestinais, lesões físicas e acidentes com animais peçonhentos, que podem aparecer dentro das casas com a redução no nível da água.

Em nota técnica divulgada ontem, os cientistas emitiram um alerta sobre o assunto, enfatizando que a tendência de aumento é maior se as condições de saneamento e acesso a cuidados médicos continuarem comprometidas. O documento chama atenção, também, para doenças transmitidas por vetores — principalmente a dengue e a leptospirose — e aponta que, historicamente, picos dessas infecções ocorrem nos meses seguintes às enchentes, quando a sociedade se recupera dos desastres.

“Com a subida do nível das

águas, podem ocorrer mais acidentes com aranhas e serpentes, assim como aumenta o risco da transmissão de doenças transmitidas por água contaminada e vetores”, explicou Diego Xavier, pesquisador do Observatório de Clima e Saúde.

A nota técnica chama a atenção para os sete aspectos a serem levados em consideração pelas autoridades. Um deles é sobre doenças agudas e salienta o aumento da incidência de covid-19, gripes, resfriados e tuberculose. Adverte, também, para doenças gastrointestinais — como hepatite A e diarreia infecciosa, dengue e leptospirose.

Em relação às áreas de risco para animais peçonhentos, o documento alerta para as regiões dos vales, planalto, depressão central e o litoral norte do Estado. Nesses locais, historicamente há maior incidência de acidentes com animais peçonhentos.

O documento também chama a atenção para o fato de que os períodos mais perigosos podem ser alterado. As doenças estão mais concentradas no verão, mas

podem se estender nos próximos meses devido às alterações do ambiente original devido às chuvas intensas e enchentes.

Contaminação

Outra questão é a contaminação ambiental. A nota técnica resalta que existem 1.518 estabelecimentos potencialmente poluidores dentro da área que esteve inundada. São indústrias, terminais de transporte, obras civis, comércios e depósitos que, invadidos pelas enchentes, podem expor a população a substâncias tóxicas nos meses posteriores ao desastre. Porto Alegre seria uma das cidades sob maior risco.

A nota adverte para a saúde mental de desabrigados, profissionais e voluntários que estão trabalhando na emergência. Segundo o documento, as perdas materiais e/ou de parentes e amigos podem causar um aumento de casos de transtorno de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade.

No caso das doenças crônicas — como diabetes, hipertensão,

Henrique Lessa /CB/D.A Press



Lixo e higiene precária potencializam a disseminação das doenças

males cardiovasculares e transtornos mentais —, podem apresentar descontrole em decorrência da interrupção do acesso a medicamentos e a cuidados médicos contínuos. E entre os potenciais

motivos para o aumento da maioria dos problemas de saúde estão a aglomeração de pessoas nos abrigos, as obras de recuperação das cidades atingidas e o contato com água contaminada.